

ATA nº 039/2025
COMITÊ DE INVESTIMENTO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, nos termos do Regimento Interno da Niterói Prev - Comitê de Investimentos (Decreto nº 15.254/2023 – Art. 5º), e da regulação do Ministério da Previdência Social – SPREV (Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022) foram convocados pelo Presidente HEITOR PEREIRA MOREIRA, através de mensagem eletrônica, para a Reunião Extraordinária do Comitê de Investimentos, realizada de forma virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams. Estiveram presentes os membros: MARCELO ZANDER VAIANO - Diretor de Finanças; LUCAS JOSÉ LOPES PAZ - Diretor de Investimentos; DANUSA MATTA DE SOUSA TINOCO - Membro indicado; FABIO DA SILVEIRA OLIVEIRA JUNIOR - Membro indicado; LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA - Membro indicado; ANDERSON PEIXOTO DE FARIA - Controlador Geral do Município; CAROLINE RIBEIRO DE SOUZA - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Modernização da Gestão – SEPLAG e RODRIGO AUGUSTO COELHO CHAVES MARTINS - Representante da Secretaria Municipal de Administração – SMA.

A reunião foi iniciada pelo Presidente da Niterói Prev, Sr. Heitor Pereira Moreira, que informou com satisfação sobre a realização da auditoria externa conduzida pela certificadora do Pró-Gestão RPPS, destacando que o processo foi exitoso e que a autarquia deverá receber em breve o certificado – Pró-Gestão Nível II. Ressaltou que esse reconhecimento representa um marco importante para a NITPREV, consolidando o compromisso com a governança, a transparência e a excelência na gestão previdenciária. Com entusiasmo, o Presidente destacou que esta reunião extraordinária trata de temas estratégicos que, inclusive, só puderam ser formalmente discutidos graças à obtenção da certificação, que habilita o RPPS a acessar novas classes de ativos e ampliar sua capacidade de diversificação. Em seguida, mencionou a solidez do Fundo Previdenciário, observando que a rentabilidade atual supera os aportes, evidenciando a boa saúde financeira da autarquia. Enfatizou que a imunização da carteira, garantida por alocações relevantes em NTN-Bs a IPCA+7,44%, em média, confere segurança atuarial e permite maior flexibilidade na busca de oportunidades de médio e longo prazo em renda variável e fundos estruturados.

Pauta:

1. Estudo sobre perda máxima limite em renda variável para atingir meta atuarial

Foi apresentado estudo técnico elaborado pela Diretoria de Investimentos que avaliou a capacidade de resiliência da carteira da NITPREV em cenários de estresse de mercado. O objetivo foi mensurar até que ponto os ativos de renda variável poderiam sofrer desvalorização sem que a meta atuarial anual de 10,43% fosse comprometida.

Os resultados evidenciaram que, em uma estrutura de alocação com **92% dos recursos aplicados em renda fixa e 8% em renda variável**, a carteira suportaria uma queda de até **18,33% nos fundos de ações** e ainda assim atingiria a meta atuarial de rentabilidade.

Em uma segunda simulação, considerando um portfólio mais diversificado — **5% alocados em ações e 3% em Fundos de Investimento em Participações (FIPs)** — verificou-se que a perda máxima suportável nos FIPs poderia chegar a **69,40%**, sem prejuízo ao cumprimento da meta. Esse resultado reforça a robustez do modelo de imunização da carteira que está sendo implementado, ancorado em **títulos públicos federais indexados ao IPCA (NTN-Bs)**, com taxa média de **IPCA + 7,44%** e até o **vencimento de 2045**, que garantem fluxo de caixa suficiente para cobertura dos compromissos atuariais de longo prazo.

O Comitê destacou que tais análises oferecem conforto para uma atuação mais ativa em ativos de maior risco relativo, como renda variável e fundos estruturados, sem comprometer a sustentabilidade do plano. Foi ressaltado ainda que a abordagem adotada está alinhada às práticas de gestão prudencial recomendadas pelo **Pró-Gestão RPPS – Nível II**, assegurando que eventuais oscilações de mercado possam ser absorvidas pela solidez da carteira de renda fixa.

Alguns membros pontuaram que a diversificação gradual em ativos alternativos contribui não apenas para potencializar retornos, mas também para reduzir a dependência de ciclos de mercado específicos, reforçando a resiliência de longo prazo da NITPREV. Ao final, o Comitê registrou a pertinência do estudo e deliberou que esse tipo de simulação seja atualizado periodicamente, como instrumento de apoio às decisões estratégicas.

2. Alteração da Política Anual de Investimentos de 2025 – Adequação aos limites do Pró-Gestão Nível II:

Na sequência dos trabalhos, foi apresentada e debatida a proposta de revisão da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2025, motivada pela evolução do processo de certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS – Nível II, bem como pelas atualizações normativas decorrentes da Resolução CMN nº 4.963/2021.

O relator destacou que as alterações visam fortalecer a aderência da política às melhores práticas de governança, conformidade regulatória e eficiência na gestão previdenciária, promovendo maior alinhamento com os parâmetros exigidos para regimes próprios que buscam excelência em gestão.

Foi ressaltado que a NITPREV encontra-se em posição confortável quanto à segurança atuarial, resultado da estratégia de imunização da carteira por meio de títulos públicos federais indexados ao IPCA, com taxa média de 7,44% ao ano. Essa estrutura proporciona margem técnica suficiente para ampliar a exposição a ativos de maior risco e retorno, sem comprometer o atingimento da meta atuarial de 10,43%.

Nesse contexto, as alterações propostas concentram-se em ampliar os limites de alocação em classes de ativos estratégicos, em conformidade com os limites superiores aplicáveis da Resolução CMN nº 4.963/2021 ao nível de governança Pró-Gestão RPPS – Nível II. Os principais ajustes deliberados foram:

- **Renda Fixa:** Ampliação do limite superior para 70%, refletindo a predominância histórica da classe na carteira e sua relevância para liquidez e estabilidade.
- **Crédito Privado e Debêntures de Infraestrutura:** Elevação do limite de 5% para 10%, com vistas a aproveitar oportunidades em projetos estruturantes e de longo prazo, compatíveis com o passivo previdenciário.
- **Renda Variável:** Aumento do limite agregado para 40%, conferindo maior flexibilidade para atuação em janelas de mercado favoráveis, respeitando os parâmetros de risco definidos.
- **Investimentos Imobiliários:** Expansão do teto para 10%, alinhando-se à tendência observada em RPPS de referência, que utilizam ativos reais como proteção contra inflação e fonte de rendimento recorrente.
- **Empréstimo Consignado:** Atualização da política conforme Instrução Normativa do INSS, permitindo até 96 parcelas para beneficiários com até 67 anos, ampliando a atratividade do produto.

Adicionalmente, foram aprovados ajustes pontuais na distribuição dos alvos de alocação, com destaque para:

- Remanejamento de **3% do alvo de Renda Fixa** para **Fundos de Investimento em Participações (FIPs)**, visando maior diversificação e retorno potencial.

- Redução de **1% no alvo de BDR Ações**, com realocação para **Debêntures de Infraestrutura**, reforçando o foco em ativos com perfil de longo prazo e impacto econômico.

Essas medidas foram aprovadas por unanimidade, com manifestação favorável dos membros do Comitê, que reconheceram o avanço técnico da proposta e sua coerência com os objetivos estratégicos da NITPREV.

3. Propostas de aplicação em investimentos:

O Comitê de Investimentos da NITPREV deliberou sobre a alocação de recursos em três veículos estratégicos, com foco em diversificação, retorno potencial e alinhamento ao perfil de longo prazo do passivo previdenciário. As propostas foram apresentadas com embasamento técnico detalhado, contemplando análises de risco, histórico de desempenho dos gestores e aderência às diretrizes da Política de Investimentos vigente.

Inicialmente, foram apresentados estudos relacionados aos investimentos em Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), como os retornos históricos, comparação histórica dos retornos dos melhores gestores em relação à média, bem como estudo que relaciona o número de FIPs investidos e a probabilidade de perda de capital (riscos). Nesse último estudo, ao investir em apenas 1 FIP, a probabilidade de perda de capital é de cerca de 23,6%. À medida que há diversificação, essa probabilidade cai, atingindo 3,9% com 5 FIPs investidos e 0,7% com 9 FIPs na carteira de investimentos.

Adicionalmente, foram apresentados dois FIPs para exemplificar o comportamento da curva J. No início, há **retornos baixos ou negativos**, impactados por chamadas de capital e custos. Com o avanço do tempo, ocorre **recuperação e valorização significativa** dos fundos. Por fim, é importante destacar que cada FIP apresenta uma curva J distinta, que depende dos custos, timing de valorização dos ativos, entre outros fatores.

Posteriormente, passou-se para a análise dos fundos de investimentos específicos.

a. FIP Vinci Strategic Partners II (VSP II):

O fundo VSP II, gerido pela Vinci Capital, foi destacado por sua abordagem multiestratégia, com atuação em investimentos primários, secundários e coinvestimentos. A estratégia prioriza ativos já operacionais e maduros, mitigando os riscos associados à fase inicial da curva J. A equipe gestora, composta por mais de 77 profissionais especializados, possui histórico comprovado de geração de valor, com retorno bruto anual (TIR) superior a 50% na primeira safra da estratégia VSP.

A proposta de alocação contempla o montante de **R\$ 20 milhões**, equivalente a **0,88% do patrimônio líquido do RPPS**, reforçando o compromisso com a diversificação e a busca por retornos acima da média de mercado.

b. FIP Tarpon Oportunidades Privadas:

Gerido pela Tarpon Gestora de Recursos, o fundo apresenta uma estratégia concentrada em setores como agronegócio, tecnologia e varejo, com forte atuação na governança das empresas investidas. A Tarpon possui histórico robusto em Private Equity, com retorno médio anual de **43%** e mais de **100 operações realizadas** ao longo de duas décadas.

A proposta de investimento é de **R\$ 20 milhões**, também representando **0,88% do PL do RPPS**, com destaque para o comprometimento dos sócios da gestora, que se comprometeram a aportar **R\$ 100 milhões** no fundo (20% do patrimônio), evidenciando alinhamento de interesses e confiança na tese de investimento.

Por fim, foi apresentada tabela comparativa entre os fundos propostos com dados sobre: Patrimônio sob gestão das gestoras, percentual de “skin in the game” dos gestores nos FIPs, objetivo de rentabilidade, estratégia (primária x secundária), perfil de risco (mais concentrado x mais diversificado), bem como as taxas de gestão e de performance de cada veículo.

c. FII BTG Hospitalidade Retorno Total:

Inicialmente, foram apresentados dados do volume sob gestão do BTG Pactual no segmento imobiliário. O banco detém cerca de R\$ 36 bilhões sob gestão no mercado imobiliário e uma série de prêmios de gestão. É importante destacar a atuação da consultoria de estruturação de empreendimentos hoteleiros, a HotelInvest.

Posteriormente, discorreu-se sobre os dados de ocupação e RevPar, que demonstram recuperação do segmento hoteleiro, superando os patamares pré-pandemia na maioria dos indicadores.

Na sequência, passou-se a análise específica do fundo proposto. O fundo imobiliário proposto pelo BTG Pactual tem como foco ativos hoteleiros já operacionais, adquiridos com **desconto médio de 37%** em relação ao valor de laudo e **79%** frente ao custo de reposição. Foram apresentados dados dos hotéis, como as bandeiras, segmento econômico, distribuição geográfica e operador (Accor).

Com gestão especializada e parceria com a HotelInvest, o fundo projeta **Dividend Yield entre 11% e 14% ao ano**, além de uma **TIR alvo de 20% em cinco anos**, considerando dividendos e valorização dos ativos. É importante destacar que apenas o Dividend Yield do FII, entre 11% e 14%, já supera a meta atuarial projetada para o ano de 2025, de 10,43%, o que representa o adequado perfil de retorno para o RPPS.

A proposta de alocação é de **R\$ 15 milhões**, equivalente a **0,66% do PL do RPPS**, com objetivo de incorporar ativos reais à carteira, promovendo proteção contra inflação e geração de fluxo de caixa recorrente (trimestralmente).

Essas aplicações foram aprovadas por unanimidade, com base em estudos de viabilidade, cenários de risco e retorno, e benchmarking com RPPS de referência nacional. O Comitê reconheceu o avanço técnico das propostas e sua contribuição para a evolução da carteira previdenciária da NITPREV.

4. Credenciamento de Instituições Financeiras:

a. Tarpon Gestora de Recursos:

Durante a reunião, foi apresentada a proposta de credenciamento da **Tarpon Gestora de Recursos Ltda.**, especificamente para atuação na gestão de Fundos de Investimento em Participações (FIPs), considerando a estrutura jurídica distinta utilizada pela gestora para suas atividades de Private Equity.

A equipe técnica destacou que, embora a Tarpon já estivesse previamente credenciada para gestão de fundos de ações, o CNPJ utilizado para a atividade de FIP é distinto, exigindo novo credenciamento para fins de conformidade regulatória e operacional. A proposta visa garantir que a autarquia esteja plenamente habilitada a realizar aplicações no **FIP Tarpon Oportunidades Privadas**, respeitando os requisitos legais e os controles internos de governança.

Foi ressaltado o histórico da Tarpon como gestora especializada em investimentos de longo prazo, com atuação ativa na governança das empresas investidas e foco em setores estratégicos como agronegócio, tecnologia e varejo. A gestora possui mais de **R\$ 7,5 bilhões sob administração**, com retorno médio anual

de **43%** em suas operações de Private Equity, além de forte alinhamento de interesses, evidenciado pela participação direta dos sócios nos fundos geridos.

O Comitê deliberou favoravelmente ao credenciamento, reconhecendo a robustez da gestora, sua reputação no mercado e a relevância estratégica do fundo proposto para a diversificação da carteira previdenciária da NITPREV.

5. Conclusão do Comitê de Investimentos:

Encerradas as análises e deliberações, o Comitê de Investimentos da NITPREV reafirmou o alinhamento das decisões tomadas com os princípios da Política Anual de Investimentos, destacando o compromisso com a segurança atuarial, a diversificação estratégica da carteira e a conformidade regulatória. As propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade, refletindo a maturidade técnica da gestão e o contínuo aprimoramento da governança previdenciária.

Heitor Pereira Moreira

Presidente da Niterói Prev

Lucas José Lopes Paz

Diretor de Investimentos da Niterói Prev

Marcelo Zander Vaiano

Diretor de Finanças da Niterói Prev

Danusa Matta de Sousa Tinoco

Membro indicado da Niterói Prev

Fabio da Silveira Oliveira Junior

Membro indicado da Niterói Prev

Luiz Antônio Francisco Vieira

Membro indicado da Niterói Prev

Anderson Peixoto de Faria

Representante da Controladoria

Geral do Município – CGM

Rodrigo Augusto Coelho Chaves Martins

Representante da Secretaria Municipal de
Administração – SMA

Caroline Ribeiro de Souza

Representante da Secretaria Municipal
de Planejamento e Modernização
da Gestão - SEPLAG